

Introdução

O objeto deste artigo é a linguagem e o direito. Seu tema é tratar a tradição retórica e como esta chegou à contemporaneidade para influenciar a linguagem do Direito. Contudo fará um recorte comparativo entre duas posturas filosóficas da Antiguidade e suas repercussões na predominância de determinados discursos e a forma que os estudos analíticos da linguagem se debruçaram em propagar tais posturas ou tradições. De logo se deve perceber que este artigo não pretende contar as tradições em geral e muito menos referir as tantas tradições decorrentes do conhecimento.

O objetivo é descrever resumidamente o desenvolvimento de uma tradição específica dentro da filosofia, a tradição retórica, a partir de algumas acepções sobre o termo “retórica” e determinados usos de seu estudo e prática como entendidos hoje à luz dos significados clássicos. Para tanto, busca delinear uma comparação com o objetivo de descrever o desenvolvimento da tradição retórica e da tradição ontológica para compreender acepções empregadas atualmente por teóricos do Direito. E assim analisa o preconceito contra a retórica muitas vezes tratado apenas como arte eloquente ou a arte de falar bem, arte quando muito vinculada a técnicas para persuadir, e não poucas vezes relacionada a dissimulações ou subterfúgios, razão que por si justifica o desenvolvimento da pesquisa.

A problemática aqui também se detém em questionar intrinsecamente o conceito (ou o preconceito), entre outras coisas, de retórica apenas como tópica, argumentação e persuasão e, repita-se, o preconceito tradicional contra a prática retórica que a considera uma mera arte de falar bem ou de persuadir, logo, um verbalismo ornamental vinculado a falácias, mentiras e engodos. Esta postura, inclusive, já se constitui um problema vez que deixa de fora aspectos importantes nas dimensões da prática, como seu viés filosófico analítico. Dessa forma, contribui teoricamente para combater esse equívoco bem difundido não só entre os leigos, mas principalmente no meio filosófico a(s) tese(s) de Adeodato que mostra que a retórica, além de método, é metodologia e metódica.

Metodologicamente faz uma revisão bibliográfica a partir dos textos de Aristóteles, em especial *a Retórica*, que recebe em soma as contribuições teóricas de filósofos clássicos como Parmênides e Heráclito para estabelecer pelo menos duas tradições filosóficas, uma que pode ser denominada de ontológica e a outra retórica propriamente dita. Por óbvio, tal revisão de literatura inclui também as principais influências contemporâneas às teses da retórica realista de Adeodato, entre outros.

Como há muito a ser dito sobre essa tradição, ou, essas tradições, este artigo tenta apenas se ancorar às influências do período grego clássico na tradição retórica e assim, conclui que a retórica está fundada numa complexidade discursiva como método e análise produtora de várias outras tradições práticas bastante distantes das idéias pejorativas ou comumente a ela atribuídas.

1 Ambiente, linguagem e conhecimento conectados pela tradição.

Na Antiguidade os costumes mantiveram a crença de que a vida interior do ser humano era fixada com grampos eternos ao desconhecido. Com a chegada da ciência e sua “descoberta” de que as coisas permanecem firmes e que estas servem de base para novas descobertas, o espanto deu lugar ao conforto. Mas, o interior do homem está como sempre esteve inundado de incertezas e ele, mais que ninguém, percebeu que os juízos são irrealis e as leis e os conceitos humanos viviam e vivem em perene mudança. Assim, vários costumes e tradições tentaram “cobrir” de certeza as constantes instabilidades. Porém, nada é estável como parece e tudo o que é humano é incerto e tanto quanto essa necessidade de certeza, ele se deleita na volúpia do assombro escutando contos e fantasias sobre o impossível e o desconhecido. Isso é o que culturalmente se conhece como tradição e são as tradições que perpetuam o fantástico, embora haja tradições que osem tentar eternizar o “científico”, o confiável.

A tradição como parte da cultura possui um valor inestimável na adaptação do ser humano ao ambiente que o rodeia; se é que isso pode ser dito. O meio ambiente significa um espaço vital perfeitamente limitado sobre o qual se estabelece de forma específica um ser vivo. O ser humano não possui essa especialização como possuem outros seres e animais, então, para sobreviver, o homem tem de compensar esta falta de especialização com a sua própria ação, a qual lhe permite construir um mundo cultural, onde surgem as mais elevadas realizações espirituais e culturais. O ser humano cria um ambiente na esfera da linguagem que, embora imprevisível, torna toda espécie de entendimento, análise ou classificação uma adaptação. Ainda que não melhore ou piore valorativamente o ser, quanto melhor seu domínio desse ambiente, mais bem sucedido ele se sentirá ou se afirmará nele (GEHLEN, 1993, *passim*). Assim, o homem se torna independente do meio em que vive podendo viver em qualquer espaço, mas depende da linguagem para se afirmar nele. A linguagem supre a deficiência do ser humano de adaptação e o torna independente, universal.

Além de se desconectar do ambiente “físico” é por meio da linguagem que se apreende o conhecimento. Embora, apreender conhecimento, ou para se apreender conhecimento, não signifique necessariamente estar desconectado do ambiente. Ele, certamente, é alcançado pela linguagem que não consiste apenas de palavras, mas envolve signos e informações que, de uma forma ou de outra, constroem algum tipo de conhecimento. A linguagem com sua descrição aproximada de fatos e eventos é que constrói uma parte da retórica material da percepção a ser transmitida, o que melhor se fará entender ao longo dos outros capítulos, e que constitui as relações humanas propriamente ditas todas entendidas enquanto comunicação (ADEODATO, 2009, p. 32).

Dois termos em português tentam descrever esse conhecimento: “gnosologia”, definido como um “estudo” ou uma “teoria do conhecimento” (FERREIRA, 2004, p. 988) e, “epistemologia”, o “conjunto de conhecimentos que tem por objeto o conhecimento científico, visando a explicar os seus condicionamentos, sistematizando suas relações, esclarecendo seus vínculos e avaliando seus resultados e aplicações” (FERREIRA, 2004, p. 774). Na língua inglesa não há distinção teórica entre gnosologia e epistemologia como se encontra na língua portuguesa. Epistemologia é uma espécie que pretende mais, pois é um metanível; é um conhecimento que se pretende metódico, verdadeiro, sistemático, com um objeto determinado. A gnosologia tem o conhecimento vulgar, o conhecimento emocional, o conhecimento fragmentário. Essa gnosologia vem da tradição ontológica ocidental que será mais bem entendida quando adiante se adentrará nas origens a partir dos gregos, que não só perceberam o conhecimento, mas também inseriram para dentro de sua teorização a retórica como uma tradição diferente.

Conhecer determinada tradição ganha importância, assim, devido ao conhecimento e especialização que dá à pessoa que o domina. Além disso, evita que ela incorra em imprecisões e preconceitos. Isso ocorre sobremaneira quando se inclui na esfera da linguagem a retórica.

2 Retórica, predicado amplo como a linguagem.

Há uma tradição que desprestigia a retórica. Para não ser “limitado” por ela faz-se necessário recorrer aos relatos históricos que ela mesma reconhece e dissemina (o que

também é paradoxalmente retórico e constituinte de retóricas materiais).¹ Nesses relatos se encontram os postulados de Aristóteles e outros filósofos da Antiguidade bem como as muitas lições sobre as dimensões da retórica desenvolvidas por Adeodato advindas da filosofia retórica clássica que de forma subsidiária esclarecem e expandem a tradição retórica. A história grega e alguns dos seus filósofos clássicos, como Parmênides, Heráclito e o próprio Aristóteles, mostram o estabelecimento de tradições filosóficas, e, levam à conclusão de que a retórica é um estudo que envolve fatores e planos tão profundos quanto a linguagem possa produzir. Contudo, este sucinto estudo fará este relato de forma simples.

Tradição, termo que deriva do latim *traditione* e pode significar “a transmissão” ou “o conhecimento resultante da transmissão de valores espirituais” (FERREIRA, 2004, p. 1972) é algo que está conectado ao conhecimento e com ele se entrelaça. Tradição não só recebe, mas também produz conhecimento e o conhecimento descrito e transmitido pela tradição gera uma história intelectual ou uma história das ideias. Como parte desse conjunto intelectual é que se insere a tradição retórica.

Estudar a retórica vai de encontro a um preconceito popularizado onde um grande número de pessoas, independentemente de educação ou classe social, considera a retórica como uma mera arte de se falar bem ou um artifício para persuadir, relacionando-a apenas com a oratória e a eloquência, isso quando não a relacionam a discursos falaciosos, mentirosos ou enganadores proferidos por políticos ou advogados inescrupulosos. A retórica pode ser bem usada ou mal usada, como todo instrumento. Pode ser usada para o “bem” ou para o “mal”. E é inegável que o mau uso produziu “exageros” para refreá-la.

Talvez isso se deva mais à tradição do que à etimologia, embora, ver o sentido das palavras etimologicamente não constitua em si um argumento inóxio ou incontestável. A etimologia também é retórica. Não se pode afirmar com rigor qual o sentido de termos formados e usados ao longo do tempo, quando até os novos provocam grandes dúvidas. Além

¹ Ottmar Ballweg faz uma diferenciação entre: retóricas materiais, com as quais são preenchidas as funções básicas da vida comum e que criam “as realidades em que vivemos”; as retóricas práticas que ensinam o emprego transcendente dos meios retóricos imanentes à linguagem; e, a retórica analítica. (BALLWEG, 1991, p. 177-179).

João Maurício Adeodato descreve essa diferenciação referindo a retórica material, existencial, como sendo as próprias relações humanas, entendidas todas enquanto comunicação, que constituem o primeiro plano da realidade; a retórica prática ou estratégica, como um primeiro grau de metarretórica sobre a retórica material, que parte dela e a ela retorna para reconstituí-la, e, a retórica analítica, reflexiva, e que procura ampliar a semiótica e dar igual atenção aos seus elementos dentro dos sistemas linguísticos, com uma metódica (ADEODATO, 2009b, p. 32 – 39). Ele também aplica essa retórica tripartida à sua tese sobre conhecimento e ética na filosofia retórica onde a retórica material é constitutiva da realidade, a retórica estratégica age como ação sobre a retórica material e a retórica analítica faz uma descrição específica do mundo, no caso o jurídico e sua dogmática. (ADEODATO, 2011, *passim*).

das imprecisões que a etimologia pode gerar ainda há o perigo de se chegar a acepções equivocadas e falsas. “A falsa etimologia funciona como verdadeira até ser contestada. E ligar os sentidos ulteriores a um suposto sentido primeiro dá por vezes origem a falácias [...]” (BORRALHO, 2007, p. 33). Ainda assim, é melhor ter em mente alguma etimologia do que nenhuma.

O termo “retórica” diz-se advindo do grego *rhetorike*, um adjetivo. A qualidade de uma *techne*. O vocábulo encerra apenas dois conteúdos semânticos: o prefixo *rhe* e *torika*, que é a marca morfológica de qualidade. Aquele prefixo pode ser encontrado no substantivo *rhema*, que é traduzido como “a palavra, o discurso, o que é dito, falado, declarado” (MOULTON, 1981, p. 329). Isso porque o prefixo *rhe* ou *reô* significa “dizer”, “fazer uso do discurso” (LOTMAN, 1989, p. 239). Mas, não é qualquer discurso. Outras palavras que têm o mesmo prefixo (*rhe*) como *retos* e *retra* mantêm uma ligação entre o dizer e a lógica. O vocábulo *retos* é “o dito, o designado, o dizível, o expresso em palavras” (MOULTON, 1981, p. 359). No caso do termo *ta reta*, em matemática, significa “as qualidades racionais”. *Retra*, à sua vez, é “a palavra, a conversação, a licença para falar, a palavra do oráculo, a lei”. Assim, há uma forte conexão entre “o dizer” e “a lógica”. Intrinsecamente à retórica está o uso da palavra, mas não qualquer uso, “apenas o uso lógico, ordenado, com sentido e consentido” (BORRALHO, 2007, p. 34).

A tradição costumada descreve a retórica como “a arte de falar bem e de forma convincente”. O que parece descrever melhor a oratória, que é “a arte de falar ao público” (FERREIRA, 2004, p. 1444) do que a retórica, embora se perceba alguma relação entre ambas. Contudo, retórica envolve mais que oratória, o bom discurso. Ela também envolve convencimento e persuasão. Aurélio Buarque de Holanda, no *Dicionário Aurélio*, além de defini-la como “eloquência”, também a designa como “o estudo do uso persuasivo da linguagem, em especial para o treinamento de oradores” (FERREIRA, 2004, p. 1751). A retórica para os gregos consistia em uma *techne* para se falar bem, para se encantar e seduzir um auditório. Entre outras acepções: o instrumento que torna possível a persuasão. Por isso, é que tanto se diz que a retórica é a arte de persuadir. Embora isto não esteja fora de lugar, é necessário ter em mente o significado de arte para os gregos, que dando maior precisão ao termo, a designavam como uma técnica. Ou seja, arte não como uma capacidade advinda de um “dom” ou um “talento inexplicável”, como algumas vezes na música e nas artes plásticas, mas a habilidade que surge como o produto da aplicação de um saber. Ainda aqui, some-se a isso tudo o conceito citado por Adeodato, onde a retórica assume a função de “um sistema de

análise” que “tem muito a ver com seus resultados práticos, especialmente no que concerne ao direito e ao estudo das decisões judiciais” (ADEODATO, 2009a, p. 332). E continua a afirmar, baseado na *Retórica* de Aristóteles, que “a retórica se assemelha, por um lado, à dialética, por outro, aos argumentos sofísticos. Quer dizer, a retórica não se ocupa apenas do que é persuasivo, mas também do que parece sê-lo” (ADEODATO, 2009a, p. 332 – 333) (ARISTÓTELES, 2007, p. 23, 1355b 15-17). Portanto, o objeto da retórica não são “as verdades”, mas “as palavras” e “os discursos” proferidos.

Ademais de sua acepção, a retórica é um processo de construção da linguagem e é também a própria estrutura que constitui o significante, o idioma e, especificamente, o discurso, seja ele político ou jurídico, expresso em suas variadas formas e institutos, além de não poucas vezes apresentar verdadeiras exposições. Logo, até que se abordem mais detalhes adiante, deve-se partir do paradigma, a ideia, de que a retórica é um conjunto de conceitos, ações práticas e ações de análise, um todo, que de uma forma ou de outra, tem sido transmitido.

Difícilmente a retórica ganha destaque. Na verdade, não é muito popular se falar em retórica, muito mais, descrever seus detalhes e liames. Talvez, porque tanto na Literatura como no Direito onde a retórica é “tudo”, quanto menos ela for evidenciada, melhor ela funciona. “A melhor retórica é a que se nega, já que dificilmente se luta contra um inimigo que se não vê” (BORRALHO, 2007, p. 25). Faz parte de sua estratégia se ocultar. É dever do orador fazer que ela seja esquecida pelo receptor. Mas, como todos são concomitantemente receptores, é importante conhecer “as armas do inimigo” sem deixar, também, de “armar-se”.

Percorrer os níveis da retórica é uma emersão. Vez que o alvo da retórica é a linguagem, o discurso intersubjetivo ou mesmo intrasubjetivo, e, que é na análise do discurso que se encontra o conhecimento, a retórica desponta também como filosofia, método, metodologia e metódica e que com suas devidas diferenciações são meios que desafogam a busca, ou pelo menos na medida em que se passa por seus diversos níveis, se poderá entender, em alguma medida, parte das intenções contidas nos contextos e entrelinhas de discursos que chegam aos auditórios na *episteme*. Quem envereda pelos variados caminhos da retórica, talvez entenda de forma melhor e com mais comodidade os recônditos do pensamento humano. São considerações iniciais.

3 Duas tradições filosóficas.

A retórica é um instrumento amplamente usado pelos meios de comunicação e publicidade. Não há dúvidas de que ela é também usada na política e na esfera jurídica. Notoriamente se reconhece que a retórica tem sua origem não na literatura ou na política, mas no discurso judiciário. Ballweg afirma que “da retórica nenhum direito escapa” (BALLWEG, 1991, p. 175). Mas ela não ficou restrita às questões de direito, ao discurso jurídico. Isso porque “a retórica não está associada a uma classe definida de assuntos, ela é universal (1355b7)” (ARISTÓTELES, 2007, p. 22) e todos os homens fazem uso dela em maior ou menor medida. Como já havia dito Verney nos oitocentos, “todo lugar é teatro para a retórica” (VERNEY, 1991, p. 47). Assim como a retórica tem evoluído, seu conceito indissociavelmente, também. Por isso, não existe uma definição uniforme e consensual, como visto anteriormente. Essa “evolução” não significa um desenvolvimento crescente e melhor, mas significa que em determinados momentos ele foi mais abrangente que em outros.

Dependendo em muito da tradição que se siga, a retórica receberá definições descritivas ou pejorativas. Se por um lado se escolherem as definições descritivas, como a de que a retórica é uma arte, uma ciência, uma técnica ou um código de poder ou, por outro, de que a retórica é constituída de artifícios falaciosos e erísticos para provocar contradições, confusões e falsidades nos incautos e assim vencer os debates, a retórica tornar-se-á facilmente uma habilidade fátua, um jogo, um mecanismo ou um moralismo (BORRALHO, 2007, p. 18).

Mais do que um conceito, a retórica é um conjunto de práticas construído ao longo de milênios e por isso não se pode acercar dela de forma ingênua ou de somenos. Para compreendê-la é necessário entender sua história, mesmo que resumidamente. A retórica como disciplina começa na cultura grega e esta se insere na cultura ocidental. Já existia uma cultura anterior, a cultura oriental, que teve expoentes entre os egípcios, babilônicos e caldeus. Entretanto, a cultura ocidental historicamente teve sua arremetida inicial entre os gregos que difundiram sua cultura principalmente por toda a Europa, uma cultura “greco-romano-européia”, da qual a cultura brasileira atualmente se situa periféricamente. Assim, a retórica “começa” na Grécia. Há uma narrativa que chama Homero de pai da retórica. Como é incerta sua existência, os preceitos e paradigmas pedagógico-retóricos do “autor” são atribuídos à *Odisseia* e à *Ilíada* (ORTEGA, 1989, p. 20). Há uma tradição, referida por Aristóteles nas *Refutações Sofísticas* do *Organon*, que relaciona as origens da retórica a Empédocles de

Agrigento (183b31) (ARISTÓTELES, 2005). Outra tradição atribui sua criação a Córax, que era discípulo de Empédocles, e a Tísias, ambos de Siracusa (GUTHRIE, 1994, p. 181).

Entre os gregos são encontrados os filósofos pré-socráticos que tiveram pensamentos radicais dentro de uma tradição definitivamente bifurcada. Como exemplo dessa bipolaridade, por um lado são encontrados os que seguiam a obra de Parmênides, e por outro, se encontra a corrente de Heráclito (LAËRTIOS, 2008, p. 251 – 257).² Os primeiros partiam do princípio de que existe “a unidade e a imobilidade do ser”, ou seja, de que “a experiência é uma ilusão e o conhecimento vem de dentro e não do mundo exterior” (IGLÉSIAS, 2004, p. 29-30). Por sua vez, Heráclito dizia que: “tudo está em mudança e nada permanece parado” (IGLÉSIAS, 2004, p. 29). Veem-se assim, em outras e poucas palavras, duas posições extremas: o “nada muda” e o “tudo muda”. Inclinações que se perpetuaram como tradições filosóficas (ADEODATO, 2009b, p. 18).

4 A tradição parmenidiana.

Para Parmênides, nada muda, pois o movimento é uma ilusão e o conhecimento imanente, já que encontra sua garantia no próprio ser humano. Dos parmenidianos vem a cultura filosófica dominante na tradição atual ocidental que é a cultura ontológica, uma cultura que acredita que é possível uma verdade introjetal. Terá razão e facilmente ganhará destaque aquele que tiver um discurso que corresponda ao que é em si. “Verdade que talvez seja mesmo corolário de uma necessidade atávica do ser humano por segurança” (ADEODATO, 2009b, p. 18). Em contraposição está a tradição heraclitiana, onde seus seguidores se denominavam “heraclíticos” (LAËRTIOS, 2008, p. 252), e que era tão antiga e respeitada quanto a primeira, mas que ao longo da história se tornou marginal e minoritária. Ela diz que toda “verdade” é um “acordo de hábitos e convenções, onde as partes, sem discussão, aceitam-na como correta” (LAËRTIOS, 2008, p. 268). Assim são todas as filosofias ontológicas, da verdade.³

Seguindo o rumo do pensamento de Parmênides se encontram as ontologias de Platão e, dando um salto histórico na mesma direção se chega ao pensamento de Descartes que com sua célebre frase “penso, logo existo” (DESCARTES, 1979, p. 47) implantou a “certeza”

² Parmênides de Elea (530 a.C. – 460 a.C.) e Heráclito ou Herácleitos de Éfeso (535 a.C. – 475 a.C.).

³ Ontologia vem do grego ὄντως (*ontôs*), forma adverbial de ὄν (*on*), ὄντος (*ontos*) particípio do presente do verbo εἶμι (*eimi*), “ser, existência, existir”. Assim também “realmente”, “verdadeiramente”, “em verdade” (MOULTON, 1981, p. 118, 290).

subjetiva, o acordo consigo mesmo. Para ele, a verdade é imanente; o conhecimento vinha “de dentro”. Essa corrente é admiradora das matemáticas. Para ela, inferências exemplificadas pelas expressões “ $2+2=4$ ”, e, “se $A=B$ e $B=C$ logo $A=C$ ”, seriam “verdades” inatas ao ser interior do homem. Mais uma vez, nessa tradição estão incluídas as “verdades eternas” que Platão detectou no mundo das idéias. É essa a tradição que prevalece até hoje como relatos vencedores.

Ainda seguindo essa tradição, existem cientistas e pensadores empiristas que enfatizam o conhecimento do ponto de vista do mundo exterior. Locke disse em seu empirismo britânico que o ser humano é como uma folha de papel em branco na qual a experiência vai imprimindo o conhecimento (LOCKE, 1978, *passim*). Mas, também existem os que desprezam o conhecimento empírico e se apegam ao conhecimento “certo” e “imutável”, “verdadeiro”. Quem dá atenção aos fatos externos tem mais dúvida sobre o conhecimento em face de que os fatos externos nunca se repetem, tais fatos são individuais. Inclui-se aí o Direito que se considera uma ciência empírica. Mas, a ciência é um meta-acordo linguístico sobre um ambiente linguístico comum, o qual também é acordado (ADEODATO, 2009b, p. 18). O “Direito” seria uma ciência porque se sistematiza a partir da observação de “fatos”. Não existem dois homicídios iguais, dois adultérios iguais, duas colisões de carros iguais; todo fato é único. A tendência de todos os filósofos empiristas, ou seja, daqueles que enfatizam os fatos é achar que o conhecimento é provisório, passageiro e fugitivo. Uma aproximação com a tradição de Heráclito e talvez por isso, algumas enciclopédias de filosofia incluam os céticos ao lado dos empiristas.

Distintamente, mas seguindo a mesma tradição há a tendência dos racionalistas parmenidianos, que acreditam na imanência do conhecimento, de que o conhecimento correto é imutável, verdadeiro e inquestionável. Se há dúvidas sobre determinado conhecimento é porque se está cometendo algum erro de abordagem. Há uma verdade e quem não a alcança é porque está desviado dela ou tem algum problema no ato do conhecimento, seja por não ter conhecimento dos fatos ou não ter conhecimento das normas, e aí toma-se mais uma vez o exemplo dos estudiosos do Direito. Nessa tradição ontológica, o Direito diz que apenas existe uma decisão correta em cada problema jurídico, como afirmava Dworkin em seu substancialismo, ele que é um dos filósofos mais populares entre os que usam a língua inglesa hoje (DWORKIN, 1977, *passim*). Se os juízes decidirem diferentemente é porque algum deles é antiético não querendo decidir corretamente, ou o é porque é incompetente seja por não conhecer o fato ou a norma, ou ambas as coisas. Eles cometeriam, respectivamente, os

chamados: erro ético ou erro gnosiológico. Se não ocorrer nem o erro gnosiológico nem o erro ético, todos os juízes decidirão os casos semelhantes exatamente da mesma maneira, pensam. Daí resultou, entre outras, a teoria da subsunção lógica e a tese silogística que são discursos retóricos vencedores devido a seu potencial persuasivo com base na segurança e na lógica, mas que se dizem não retóricas, e se firmaram como verdadeiras e indiscutíveis.

5 A tradição heraclitiana

A outra tradição, a partir de Heráclito, que inclui a tradição retórica propriamente dita, não acredita que exista uma “verdade” no sentido que lhe dá a ontologia. Para Heráclito, tudo muda, e só a mudança tem caráter permanente, sendo esse mundo exterior em mudança o ponto mais firme para o conhecimento, que transcendente (ADEODATO, 2009b, p. 18). Na tradição retórica toda “verdade” é um consenso autopoiético.⁴ Contudo, a humanidade demorou tanto a descobrir isso, e embora tal tradição retórica seja tão antiga, ela tem sido por muito tempo marginalizada. Na verdade, tudo é uma convenção. Exemplo disso é que, nela, se pode denominar uma parede de preta mesmo que seja branca. Poder-se-ia chamar a uma cor preta de azul, de vermelho ou de qualquer coisa já que as convenções são arbitrárias. Os signos linguísticos e comunicacionais são inteiramente arbitrários (MORRIS, 1938, *passim*).

Historicamente, os primeiros a chamarem a atenção para isso foram os sofistas. Os sofistas foram os pais do Direito, foram os democratas por excelência. Werner Jaeger os chamou de “mestres da sabedoria” e de “mestres da *arete*” (virtude) (JAEGER, 2003, p. 340, 344) e considerou tal “movimento espiritual de incalculável importância para a posteridade” (JAEGER, 2003, p. 335) de forma que “do ponto de vista histórico, a sofística é um fenômeno tão importante como Sócrates e Platão”. “Além disso”, considerou “impossível concebê-los sem ela” (JAEGER, 2003, p. 341). A atitude dos sofistas era diferente daqueles que não aceitam o diálogo, pois para eles acerca de cada tema se podiam sempre fazer várias proposições, e não apenas uma. Nestas proposições podiam ser encontradas teses contrárias convivendo lado a lado. Kant (1874) dizia que é melhor uma sociedade de descerebrados tementes à lei, do que uma sociedade de santos que viram a luz. Para com os que já “viram a luz” não se tem mais o que fazer, pois eles já sabem a diferença entre o certo e o errado.

⁴ Do grego *auto*, próprio, e *poiesis*, criação. Em analogia àqueles “sistemas” que produzem sua própria estrutura e os próprios elementos dos quais são compostos, como proposto por Luhmann a partir das ideias de Varela e Maturana. (LUHMANN, 1983, *passim*; MATURANA; VARELA GARCIA; ACUÑA LLORENS, 1997).

Indivíduos que fazem assim, o fazem para passar uma ideia de certeza e segurança como se isso fosse superior. Os sofistas vieram romper a textura uniforme e coerente da ótica ontológica, externando uma declaração favorável à diversidade, não totalmente divorciada da ética e não pouco preocupada com a justiça.

Até o exemplo mítico de Adão e Eva na Bíblia mostra algo distinto da tradição ontológica. O ato de serem tentados pela serpente com o intuito de distinguirem o “bem” e o “mal” e conhecerem a “verdade” não parece ser algo positivo ou louvável. A retórica pentatêutica parece defender uma dependência às vezes dialética com o divino, um estado “natural original” de incerteza e com amplas e variadas possibilidades de insegurança. O natural para o homem seria não “saber”, não ter certeza do que é certo ou errado, isso seria deixado para a divindade. E já que o homem (ou a mulher) “caiu” na “desobediência”, segundo a metáfora bíblica, e se tornou conhecedor do bem e do mal e foi expulso do paraíso, a salvação restauradora não seria a volta ao relativismo original de valores, como então pregavam os sofistas? Divagações que passam despercebidas de um relato ontológico que foi vencedor por séculos.

Ao retornar aos elementos constitutivos dessa tradição tão ampla, se constata que o primeiro paradigma da retórica é o pensamento dos sofistas, que não argumentavam com base na verdade, mas no verossímil (IORIO FILHO, 2006, p. 723 e 726) E ressalte-se que quando se lida com questões jurídicas, por exemplo, não se analisa o verdadeiro ou falso, mas o mais ou o menos verossímil.

Os sofistas diferiam na apreciação de muitas coisas, mas tinham o ideal educativo da retórica e a *arete* política em comum (JAEGER, 2003, p. 343). Apesar dos esforços bem sucedidos de Platão para excluí-los da filosofia e de Aristóteles não incluí-los na história da filosofia em sua *Metafísica*, o próprio Platão admitiu uma exceção por meio da crítica da teoria do conhecimento feita por Protágoras (PLATÃO, 2007). (152, A.) Mas, a sofística se estabeleceu como um membro orgânico do desenvolvimento filosófico, o que fizeram as histórias da filosofia grega, e, as mais recentes histórias da filosofia que os consideraram fundadores do subjetivismo e do relativismo filosófico (JAEGER, 2003, p. 348). Tanto Heráclito como Empédocles de Agrigento são filósofos que articularam pensamentos filosóficos entre o homem, o cosmos e seus elementos e outros aspectos da alma e da religião. É certo que a cultura filosófica dominante tentou excluir a sofística de todo movimento científico, apesar de paradoxalmente considerá-los também fundadores da ciência da educação usando a estratégia de dividir a filosofia da retórica. Mas, também é certo que foram

os sofistas que propiciaram a inundação do espírito da antiga física e da “história” dos jônicos com problemas pedagógicos e sociais que surgiram em consequência de sua sensibilidade e da transformação do estado econômico e social de então (JAEGER, 2003, p. 348). Na verdade, a sofística se constituiu como o primeiro movimento retórico na história do pensamento filosófico ocidental (ADEODATO, 2009b, p. 31).

A retórica não se separou da filosofia. Ao contrário, ela abriu o caminho a uma verdadeira filosofia política e ética, ao lado e mesmo acima da ciência da natureza, como salientou Platão no *Hípias Maior* (281c) acerca da tendência prática dos sofistas e a antiga filosofia separada da vida. Os sofistas produziram as primeiras especializações e obras especializadas sobre as várias *technia*. Uma tendência geral do tempo para dividir a vida inteira numa série de compartimentos separados, concebidos com vistas a uma finalidade e teoricamente fundamentados num saber adequado e transmissível (JAEGER, 2003, p. 349).

Essa disposição foi adotada por Aristóteles. Depois de Platão, Aristóteles desenvolveu e sistematizou o estudo da retórica que não teria apenas a função de “somente ser bem-sucedida na persuasão, mas descobrir os meios de alcançar tal sucesso (1355a8)” e “discernir os meios de persuasão (1355a10)” (ARISTÓTELES, 2005, p. 23). O “descobrir” e o “discernir” fazem parte de uma metalinguagem acerca dos meios como objeto, que dilata a tese da retórica como uma metódica de “observação” e “análise” ampla.

A matriz aristotélica do sistema retórico serviu de paradigma para os estudos que se seguiram sobre o assunto e resistiu sem muitas mudanças até o século XIX em sua vertente. Contudo, cabe sobressaltar que Aristóteles efetuou uma aproximação tangencial entre a retórica e a persuasão, pois sendo ele um “continuador” da tradição parmenidiana, apropriou-se da técnica de persuasão sofística, heraclitiana, para lançar seus estudos sobre retórica. Considerações a respeito serão tratadas em outro momento de forma a destacar a questão da persuasão.

6 Tradições retóricas a partir de estruturas discursivas.

Aristóteles em seu livro *Retórica* define, analisa e fundamenta três gêneros para a retórica. Esses gêneros tem por base o tipo de discurso e provavelmente ele não percebeu que estava semeando novas tradições retóricas. Para ele os três gêneros de discursos retóricos são: “o deliberativo, o judiciário e o demonstrativo” (ARISTÓTELES, 2005, p. 39). Em outro

lugar os três gêneros de discursos são traduzidos como: “político, jurídico e exibicional ou epidítico (1358b)” (ARISTÓTELES, 2005, p. 30). No discurso deliberativo também chamado de político usa-se ou não o conselho, seja em prol de algo particular ou de interesses públicos, isto é, ora se procura persuadir, ora dissuadir apresentando o que é útil ou prejudicial para que, se acolhido, pareça vantajoso e caso seja rechaçado pareça como funesto. Em um discurso judiciário se acusa ou se defende com base principalmente no que é justo ou injusto. O gênero demonstrativo (epidítico ou vitupério) comporta o elogio e a censura.

Aristóteles também destaca que esses gêneros têm por objeto uma parte do tempo que lhe é próprio. Ou seja, o gênero deliberativo para o futuro, pois se delibera aconselhando ou não sobre algo que vai acontecer. O orador tenta persuadir o ouvinte sobre uma coisa boa ou má para o futuro. O gênero judiciário sobre o passado, visto que a acusação ou a defesa incide sobre fatos pretéritos. Ou seja, o orador tenta persuadir o julgador sobre uma coisa justa ou injusta do passado. E o gênero demonstrativo ou “exibicional” sobre o presente, pois para louvar ou censurar sempre se apoia no estado presente das coisas, embora sempre se utilize a lembrança do passado ou se presuma o futuro. É onde o orador tenta comover o ouvinte, que também pode ser um observador que apenas decide sobre a destreza dos oradores, acerca de uma coisa digna, bela ou infame a respeito do tempo presente. Este gênero busca o deleite do auditório (ARISTÓTELES, 2005, p. 29 – 30).

Além disso, naquele livro clássico, argumentos em favor da utilidade da retórica são bem apresentados como uma análise da natureza da prova retórica que é o entimema, um silogismo derivado. Essa utilidade vai além dos fins, dos objetivos do discurso, pois busca determinar os significados dos fins, o que Aristóteles mesmo afirma ser “o que é mais útil de se fazer [...] enquanto se tenha condições de prever e destruir seus opostos” (ARISTÓTELES, 2005, p. 39). Entendido aqui que “oposto” seja aquilo que não é útil ou o que não é bom. Tais argumentos foram discutidos por ele nos capítulos 6 e 7.

A retórica grega também se bifurcou e deixou de ser um pouco grega. Ela se bifurcou em uma teoria das figuras e do estilo (no sentido formal estrito) originando a tradição romana de retórica cívica com ênfase no ornamento, e, uma teoria da argumentação de estrutura entimemática, claramente distinta das teorias da argumentação contemporâneas de Habermas e Alexy que são de estrutura racional-dedutivas, a retórica-tópica, também entendida pelos gregos antigos como um dos sentidos da “dialética”. Embora o termo “dialética” pareça ter em cada pensador um sentido diferente, a “tópica” referida por Aristóteles como o conjunto de lugares-comuns constituiria um dos fundamentos dos argumentos entimemáticos, ao lado

do paradigma (ADEODATO, 2009b, p. 31). Assim, tópica e entimemática constituíram tradições distintas dentro das retóricas do discurso. A tradição retórica entimemática com sua teoria da argumentação manteve detalhes aristotélicos hodiernamente desenvolvidos por Ballweg e Adeodato como uma retórica tridimensional (material, prática e analítica) (ADEODATO, 2009b, p. 31).

Na Antiguidade, Aristóteles já percebeu que “a maioria dos tratados” de retórica se dedicavam a “elaborar apenas uma pequena parte dessa arte (1354a)” (ARISTÓTELES, 2005, p. 19), parte que considerou como coisas “insignificantes (1355a19)” (ARISTÓTELES, 2005, p. 21), entendendo ele que ela (a retórica) era algo além. Ele definiu a retórica não apenas como os meios de persuasão⁵ ou “o uso persuasivo da linguagem em si”, como comumente se entende “quando se refere essa arte para o treinamento de oradores” (FERREIRA, 2004, p. 1751). Sua percepção era outra, distinta da “sua” tradição.

Relevante síntese observou o Prof. Adeodato: “A retórica é uma maneira de “experimentar o mundo, com as associações que o verbo acarreta, a exemplo de “olhar”, “sentir”, pensar”, “provar”, “julgar”” (ADEODATO, 2009b, p. 31). Aristóteles percebeu com acuidade que a retórica pode ser definida como uma faculdade de observar os meios de persuasão disponíveis em qualquer caso dado (1355b25) e diferentemente de outras ciências que também podem instruir ou persuadir sobre seus próprios objetos de estudo específicos, ele considerava “a retórica como poder de observar os meios de persuasão em quase todos os assuntos que se [...] apresentam (1355b33)” (ARISTÓTELES, 2007, p. 23). Note-se que ele usa os termos “faculdade de observar” e “poder de observar”. Uma coisa são os meios de persuasão, outra coisa é a observação ou, como diz outra tradução: “faculdade de descobrir especulativamente”.⁶ E não só isso, em outra passagem ele desvenda que a retórica é também uma “faculdade de demonstrar argumentos (1356a33)” (ARISTÓTELES, 2007, p. 24). O uso de meios de persuasão está em um nível e a observação e a demonstração deles está em outro nível. Esse conjunto, até certo ponto, exterior ao objeto dos argumentos e da persuasão, mas incluindo-os é que é a retórica. De qualquer forma, a retórica a que Aristóteles se refere é uma

⁵ Os meios de persuasão têm vários desdobramentos. Aristóteles subdividiu os recursos persuasivos em meios técnicos e retóricos. Essa subdivisão originou duas tradições dentro da tradição retórica. Para os aspectos técnicos usou os termos *ethos*, *pathos* e *logos* para descrever a base técnica da oratória [Retórica, 1356a]. Os recursos retóricos tem por base o silogismo. O silogismo foi subdividido (excluídos os silogismos apodícticos e dialéticos relativos à “verdade”) em silogismos retóricos e silogismos erísticos, relativos à “verossimilhança”. O silogismo retórico é o *entimema*, e, os *entimemas* podem ser o *entimema* paradigmático que tem por base o exemplo e o *entimema* retórico que, além de em sua estrutura silogística faltar um dos três elementos formais, possui desdobramentos modais ocultos.

⁶ La rhétorique est la faculté de decouvrir spéculativement [...]. (ARISTOTE, 1960, p. 76).

metarretórica e essa percepção também deve ser captada hodiernamente para não se incorrer em limitações e faltas.

7 Conclusão.

Certamente tradições perpetuaram a linguagem e todas as demais manifestações da cultura humana. A retórica não seria uma exceção, e dentro da complexidade da linguagem humana, não seria coerente que ela fosse algo simples. Assim, também não é coerente o preconceito tradicional contra a prática retórica encontrado não só entre o vulgo, mas também no meio filosófico, que a considera exclusivamente como uma mera arte de falar bem ou de persuadir, aquele verbalismo ornamental que a maioria dos manuais de “retórica” insistem em reproduzir. Contudo, é compreensível que tal preconceito tenha se difundido, considerando a tradição que se compeliu para tal e as forças que se empenharam nisso.

A busca da pureza filosófica sempre tentou excluir aquilo que da prática aderiu às suas fileiras como questionamentos sociais. Práticas que atendiam demandas sociais da *polis* na Antiguidade como a sofística (educacional) e a retórica (jurídica) pertenceriam ou não a alguma filosofia se perguntaria, de alguma forma. Sabe-se que a filosofia é uma busca pela compreensão da realidade, ou mesmo uma busca de uma realidade capaz de abranger todas as outras a fim de apreendê-las. O que leva a conclusão de que sofística e retórica, como realidades que são, estariam incluídas na realidade filosófica, mesmo que não sejam exatamente uma filosofia ou uma escola de pensamento. Tudo dependerá da amplitude que se tenha do conceito de filosofia. Se filosofia for o “amor à sabedoria” e as artes sofística e retórica sejam formas práticas de saber, então, estarão incluídas. Contudo, se a realidade for uma “verdade” única e indiscutível e a filosofia estiver restrita a essas “verdades”, estas ficarão de fora dessa tradição.

A filosofia é o fruto de uma protoretórica e das filosofias pré-socráticas e abrange as filosofias da verdade e a filosofia sofística, tradições que deveriam dialogar e em certo ponto se complementar. Aristóteles, num certo sentido, fez essa aproximação ao se apropriar da retórica sofística e a disseminar, sem deixar ao lado a estilística e o ornamento, através da tópica, do entimemática e da teoria da argumentação. Somem-se a isso, os indícios de uma metarretórica rudimentar. Mas, questionamentos céticos e humanistas não se conformam com “verdades”.

Além disso, sociedades humanas que costumaram se sujeitar a forças autoritárias, por medo ou por convencimento, vez que entendem que o ser humano prefere as certezas aos relativismos, se apropriaram de discursos de “verdade” para legitimar “tirantias”. Assim, as ontologias prevaleceram intolerantemente e sem qualquer diálogo. Questionar a “verdade” se tornou sinônimo de afrontar as “autoridades”, divinas ou humanas, que estavam por traz de seus postulados. Os questionamentos e relativismos foram considerados “traições”. Donde as retóricas explícitas foram se “reduzindo” a meros ornatos gramaticais, quando muito. Mas, os relatos vencedores nunca deixaram de ser calculistas e analíticos, conquanto evitassem que seu arsenal (retórico) alcançasse novas mentes.

Uma tradição que menospreza a retórica, além de falsas “verdades”, sempre agrega aos seus discursos uma forte carga ética com forma de lei e moral. Esse conteúdo ético não é determinado por ninguém a não ser pelos próprios seres humanos. Assim, leis como o apedrejamento de mulheres adúlteras, o decepamento das mãos de quem furta ou a castração do estuprador provêm de parte da população que se não é uma maioria democrática, é um grupo mais bem estruturado, armado, carismático ou rico. São os vencedores éticos. Os retóricos em seu ceticismo não aceitam qualquer dominação, ao contrário, por desconfiarem da natureza humana, acreditam que sem condições básicas de sobrevivência às pessoas abandonarão qualquer princípio e “verdade”. Justamente o contrário do que os anti-retóricos dizem.

Assim, os que seguem a tradição retórica não devem ser marginalizados intelectual e socialmente. Os que apoiam ideologias que desrespeitam raças, gêneros e particularidades sociais é que devem ser considerados marginais. São dominações sem escrúpulos que em face de necessidades extremas, dominam os que são ainda mais fracos e não veem o que se esconde por traz do populismo e do carisma. Essa não é a tradição retórica que se espelha na ética da tolerância. Tolerância que não resulta de uma atitude de indiferença quando se está de bom-humor. É a prontidão positiva para permitir que a reflexão e o questionamento possam prosseguir na busca de que o bem e o que é bom se estabeleçam produzindo mais perquisições e discussões, enquanto que o que perdurou só pela tradição, desvaneça.

REFERÊNCIAS

ADEODATO, João Maurício. **Ética e Retórica**: para uma teoria da dogmática jurídica. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2009a.

_____. **A retórica constitucional** (sobre tolerância, direitos humanos e outros fundamentos éticos do direito positivo). São Paulo: Saraiva, 2009b.

_____. **Uma teoria retórica da norma jurídica e do direito subjetivo**. São Paulo: Noeses, 2011.

ARISTOTE. **Rhétorique**. Tome Premier. Trad. Médéric Dufour. 11. ed. Paris: Société d'Édition Les Belles Lettres, 1960.

ARISTÓTELES. **Órganon**: Tópicos, Refutações Sofísticas e Analíticos Posteriores. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2005.

_____. **Retórica**. Tradução Marcelo Silvano Madeira. São Paulo: Rideel, 2007.

BALLWEG, Ottmar. Retórica Analítica e Direito. Trad. João Maurício Adeodato. **Revista Brasileira de Filosofia**, v. XXXIX, fasc. 163, julho-agosto-setembro. São Paulo, 1991. p. 175-184.

BORRALHO, Maria Luísa Malato; CUNHA, Paulo Ferreira da. **Manual de retórica e direito**. Lisboa: Quid Juris, 2007.

DESCARTES, René. O discurso sobre o método. col. **Os Pensadores**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

DWORKIN, Ronald. **Taking Rights Seriously**. London: Gerald Duckworth, 1977.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: 2004.

GEHLEN, Arnold. **Der Mensch. Seine Natur Und Seine Stellung in Der Welt**. Frankfurt: VK, 1993.

GUTHRIE, W.K.C. **Historia de la filosofía griega**. vol. 3. Madrid: Editorial Gredos, 1994.

IGLÉSIAS, Maura. **O que é Filosofia e para que serve**. In: REZENDE, Antonio. **Curso de Filosofia**: para professores e alunos dos cursos de segundo grau e de graduação. 12. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

IORIO FILHO, Rafael Mário. Retórica. In: BARRETO, Vicente de Paulo. (Org.) **Dicionário de Filosofia do Direito**. 1. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

JAEGER, Werner. **Paidéia** – A formação do homem grego. Trad. Artur M. Parreira. São Paulo: Martins fontes, 2003.

KANT, Immanuel. **O que é Esclarecimento?** Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/031/31tc_kant.htm>. Acesso em: 08 abr. 2011.

LAÊRTIOS, Diógenes. **Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres**. Tradução do grego, introdução e notas Mário da Gama. 2. ed. Reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

LOCKE, John. "Ensaio Acerca do Entendimento Humano". In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

LOTMAN, Yuri Mikhailovich. Retórica. In: **Enciclopédia Einaudi**, vol. XVII. Literatura – Texto. Lisboa: Imp. Nacional/Casa da Moeda, 1989.

LUHMANN, Niklas. **Sociologia do direito**. Trad. Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

MORRIS, C. W. **Foundations of the Theory of Signs**, Chicago: University of Chicago Press, 1938.

MOULTON, Harold K. (Edt.) **The analytical greek lexicon revised**. 1978 ed. Michigan: Zondervan, 1981.

ORTEGA, Alfonso. **Retorica**. El arte de hablar en público. Historia, método y técnicas oratorias. Madrid: Ideas Culturales, Instituto Europeo de Retórica, 1989.

PLATÃO, Diálogos I: **Teeteto** (ou do Conhecimento). Tradução, textos complementares e notas Edson Bini. Bauru, SP: EDIPRO, 2007.

VERNEY, Luís Antônio. **Verdadeiro método de estudar** (cartas sobre retórica e poética). Int. e notas Maria Lucília Gonçalves Pires. Lisboa: Editorial Presença, 1991.